

## Lições do debate sobre desigualdade nos países ricos

PORQUE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ESTÁ PIORANDO NAS ECONOMIAS INDUSTRIALIZADAS?

*Rogério L. Furquim Werneck\**

Nas duas últimas décadas, a distribuição de renda vem se tornando mais concentrada em vários países desenvolvidos. As evidências de concentração surgiram inicialmente nos E.U.A. e no Reino Unido, mas vêm sendo também detectadas em vários outros países, da Europa Continental à Nova Zelândia. Na busca de possíveis explicações, os economistas têm sublinhando o fato de que a demanda de trabalho vem privilegiando trabalhadores mais qualificados em detrimento dos menos qualificados. Uma simples questão de oferta e demanda. Parte desta mudança de composição da demanda de trabalho tem sido atribuída ao progresso tecnológico. As novas técnicas – como é o caso das envolvidas na automação e na tecnologia de informação – tendem a valorizar o trabalhador mais qualificado. Outra parte da mudança na demanda de trabalho tem sido atribuída à abertura das economias desenvolvidas, que as deixou expostas a uma crescente competição de produtos importados advindos de países em desenvolvimento. Mão de obra barata do terceiro mundo estaria reduzindo a demanda por trabalhadores menos qualificados no primeiro. Por ambas as razões, os salários de trabalhadores de baixa qualificação nos Estados Unidos vem crescendo mais lentamente do que a remuneração dos segmentos mais qualificados da força de trabalho. Já na Europa, onde o mercado de trabalho é mais regulado e menos flexível, o que se tem é simplesmente mais desemprego de trabalhadores pouco qualificados, mas com conseqüências distributivas também adversas.

Contra esta visão tão simples e tão disseminada das raízes do aumento de desigualdade nos países desenvolvidos, insurgiu-se recentemente Anthony Atkinson, em trabalho publicado no final do ano passado (disponível na Internet em [www.wider.unu.edu/plec996.htm](http://www.wider.unu.edu/plec996.htm)). Atkinson é um dos mais talentosos e respeitados economistas contemporâneos. Já prestou bons serviços ao governo britânico e, atualmente, combina a presidência de Nuffield College, em Oxford, com a função de assessor do primeiro-ministro da França. De acordo com Atkinson, este diagnóstico tão simples, a que rotula de Consenso Transatlântico, envolve uma aplicação um tanto apressada da teoria do comércio internacional e leva a uma visão desalentadora sobre a evolução futura da distribuição de renda. A concentração surge como conseqüência inexorável do progresso técnico e da globalização.

Atkinson argumenta que, mesmo que tal diagnóstico seja aceito, ainda parece haver muito espaço para políticas compensatórias. Particularmente importante é a forma como a política fiscal afeta a distribuição de renda, pelo lado dos impostos e, especialmente, pelo lado das transferências governamentais. Há economias em que tendências de concentração da distribuição da renda bruta foram neutralizadas pela política fiscal e acabaram não se manifestando na distribuição da renda disponível, ou seja da renda bruta ajustada pela subtração dos impostos e pela adição das transferências que as famílias recebem do governo. Isto é evidenciado, por exemplo,

pelo contraste entre a experiência dos Estados Unidos e do Canadá. São duas economias similares em muitos aspectos, cada vez mais integradas, com intenso fluxo de comércio e de fatores ao longo de milhares de quilômetros de fronteira. E, no entanto, a forte concentração da distribuição de renda disponível, observada nos Estados Unidos, não tem paralelo no Canadá.

Embora reconheça que a mudança de composição da demanda de trabalho de fato explique parte do que está se passando com a distribuição em muitos países desenvolvidos, Atkinson acha que há outras explicações importantes que não estão sendo devidamente levadas em conta. Chama atenção para o fato de que, entre o nível de salário que faria o empregador desistir da contratação e o nível que faria o trabalhador não aceitar o emprego, há em geral uma faixa relativamente larga. E para se entender como se dá a determinação do salário dentro desta faixa é preciso ir além do simples mecanismo de oferta e demanda. Há que se incorporar na análise o papel das normas sociais, das negociações coletivas e do grau de solidariedade que prevalece dentro da força de trabalho. Negociações coletivas costumam beneficiar trabalhadores menos qualificados e conter a apropriação de ganhos de produtividade por trabalhadores mais qualificados. Enfraquecimento do poder dos sindicatos em certos países e diminuição da importância de negociações de salário a nível nacional em outros parecem ter tido desdobramentos importantes. Na medida que mais trabalhadores vêm sendo remunerados pelo que de fato produzem, esta redistribuição de remunerações dentro da folha salarial vem perdendo importância. A resistência a regras de remuneração envolvendo este tipo de redistribuição tem sido maior em países em que é mais heterogênea a qualificação da força de trabalho.

Qual a relevância deste debate para o caso brasileiro? Mesmo com toda a concentração observada nas duas últimas décadas, o grau de equidade na distribuição de renda nos países industrializados ainda continua incomparavelmente melhor do que no Brasil. Mas há no debate pontos de grande importância para a questão distributiva no País. Com a recuperação do crescimento econômico, a demanda de trabalho está voltando a se aquecer. Mas, tudo indica que, mais uma vez, é a demanda por trabalhadores mais qualificados que vai se mostrar mais dinâmica. E, dada a heterogeneidade da força de trabalho, é pouco provável que se possa contar muito com a ação de mecanismos de redistribuição baseados na solidariedade. O que significa que, do lado do mercado de trabalho, podem estar sendo desencadeadas forças no sentido de aumento da concentração da distribuição de renda. Em princípio, é claro, isto poderia ser compensado por uma reconcepção mais justa e racional da forma com que os três níveis de governo extraem seus impostos da economia e devolvem boa parte da receita obtida na forma de subsídios e transferências. Mas a verdade é que a combinação de um sistema tributário cada vez mais dependente de impostos de péssima qualidade, com um sistema previdenciário ainda em boa parte marcado pela manutenção de privilégios indefensáveis, tem feito da política fiscal brasileira uma máquina perversa de agravamento da distribuição de renda no País. O que, por si só, já é razão suficiente para não se dar por concluído o programa de reforma fiscal.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.